

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 637.329 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**RECTE.(S)** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECDO.(A/S)** : **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO E OUTRO(A/S)**  
**ADV.(A/S)** : **VICENTE DE PAULA ARANTES**

**DECISÃO:**

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

“O só fato de se nomear parentes e afins para cargos comissionados não significa a prática de improbidade administrativa, máxime em não havendo legislação alguma que a proíba”.

O recurso busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação aos arts. 5º, XXXV e LIV; 37, *caput*; 93, IX, da Constituição, bem como à Súmula Vinculante nº 13. Sustenta, em síntese, que “*a condenação ao nepotismo não carece de disposição infraconstitucional específica, vez que diretamente decorrente dos princípios consagrados no artigo 37, caput, da Constituição Federal*” (fls. 437).

O recurso extraordinário deve ser provido, uma vez que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Com efeito, o entendimento do Tribunal de origem confronta com o disposto na Súmula Vinculante 13:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma

**RE 637329 / MG**

pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 579.951-RG, sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, firmou o entendimento no sentido de que a proibição ao nepotismo decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, *caput*, da Constituição, independentemente da edição de lei formal a respeito. O tema ficou assim ementado (Tema 066):

“ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VEDAÇÃO NEPOTISMO. NECESSIDADE DE LEI FORMAL. INEXIGIBILIDADE. PROIBIÇÃO QUE DECORRE DO ART. 37, CAPUT, DA CF. RE PROVIDO EM PARTE.

I - Embora restrita ao âmbito do Judiciário, a Resolução 7/2005 do Conselho Nacional da Justiça, a prática do nepotismo nos demais Poderes é ilícita.

II - A vedação do nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática.

III - Proibição que decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

IV - Precedentes.

V - RE conhecido e parcialmente provido para anular a nomeação do servidor, aparentado com agente político, ocupante, de cargo em comissão.”

Diante do exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC e no art. 21, § 2º, do RI/STF, dou provimento ao recurso extraordinário, a fim de anular o acórdão recorrido, de modo que o Tribunal de origem profira outro, com observância da Súmula Vinculante 13 e do decidido no RE

**RE 637329 / MG**

579.951-RG.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator